

1) a) A transparência na gestão de estados e municípios pode ser medida através de índices que se baseiam na LAI (Lei da Transparência). Um desses índices é a escala IBT, uma escala que mede a transparência de municípios e cidades de 0 a 10, e possui diversas edições. Para definir a nota de cada local, possui requisitos / perguntas para serem cumpridos e, no final, a nota é estabelecida.

b) Pela jurisprudência, sabe-se que a LAI permite que qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, solicite informações (sem necessidade de motivo claro e fundamentado) aos 3 Poderes da União, Tribunal de Contas, Entidades sem fins lucrativos, entre outros. Assim, uma transparência na divulgação de informações aumenta a confiança da população com relação ao seu governo e também oferece maior credibilidade à iniciativa privada, onde esta encontra menor risco de investimento. Logo, mais investimentos privados são feitos, melhorando a qualidade de vida do local investido e, assim, da população.

② a) Despesas de custeio são as despesas fixas do município, como por exemplo a despesa com pessoal. Já as despesas de investimento consistem nos investimentos que o município faz para melhorar e ampliar seus serviços, como transporte e educação. Já os outros encargos são as despesas que não se encaixam em nenhuma das categorias anteriores, como as dívidas que o município precisa pagar.

② b) Um dos principais eixos orçamentários é o fato do direcionamento de parte do orçamento ser fixo. Por exemplo, o lucro advindo de multas de trânsito deve necessariamente ser gasto no setor viário e de transportes. Se houvesse uma flexibilidade maior de onde o dinheiro pode ir poderia haver uma melhoria e uma expansão nos serviços públicos.

10/01

2. c) Uma das fontes próprias são os impostos, que são pagos os municípios, como o IPTU (imposto de propriedade e terreno urbano) e o ISS (imposto sobre serviço).

Outros tipos de fonte própria são as taxas, que são cobradas do usuário quando este utiliza determinado serviço público, como a taxa de coleta de lixo.

A contribuição também é um tipo de fonte própria. Quando o governo realiza uma obra, como instalação de sistema de água ou esgoto, que valoriza determinada região ele pode cobrar um valor dos moradores desse local.

2. d) Para efetivação das despesas municipais o primeiro passo é a aprovação do orçamento na câmara de vereadores municipal. Após esse passo ocorre a contratação dos serviços necessários. Ao fim o serviço é visitado e, se este tiver sido cumprido corretamente, é realizado o pagamento. Percebe-se que a efetivação das despesas municipais é um processo longo e complexo.

③ a) A utilização do espaço urbano deve preconizar o desenvolvimento sustentável da cidade por meio de uma busca pela autossuficiência urbana (ou algo próximo a isso), que seria buscar uma relação sustentável entre os recursos naturais explorados e a quantidade de resíduos gerada. A busca pela diminuição dos impactos da poluição (de todos os gêneros) também deve ser preconizada, sendo que o desenvolvimento urbano deve, portanto, influenciar na redução da emissão de gases poluentes, da poluição de cursos de rio e da emissão de ruídos, dentre outros. Portanto, medidas

como o investimento em transporte público, o adensamento urbano nas zonas estruturais da cidade e os programas para expansão das redes de coleta sanitária são exemplos de uso do espaço urbano visando a diminuição dos impactos ambientais.

(b) Dentre as dificuldades no alcance da sustentabilidade urbana podemos citar o conflito de interesses ~~entre~~ entre agentes influentes (financeiramente) na sociedade, como os ~~os~~ empresários exploradores de recursos naturais; além disso existe a dificuldade de fiscalização de captação e despejo de recursos naturais como a água, característica de grandes cidades; sem esquecer da dificuldade de alteração de hábitos enraizados no estilo de vida das populações, hábitos esses muitas vezes não conciliables com o desenvolvimento urbano sustentável (p.e. as sacolas plásticas em supermercados que muitas vezes constituem parcela importante do resíduo sólido com destinação inadequada).

4) Terreno A

área - 2500 m²

frente - 25 m e profund - 100 m

ZC → CA_{min} = 0,3

CA_{básico} = 1

CA_{máx} = 2

TO = 70%

gabarito - sem limite

permeabilidade = 0,25

a) área construída mínima

At · CA_{min}

$$2500 \cdot 0,3 = 750 \text{ m}^2$$

b) área construída máxima

At · CA_{máx}

$$2500 \cdot 2 = 5000 \text{ m}^2$$

$$\left. \begin{array}{l} \text{CA}_{\text{básico}} = 1 \\ \text{CA}_{\text{máx}} = 2 \end{array} \right\} \text{At} \left(\underbrace{\text{CA}_{\text{máx}}}_{2} - \underbrace{\text{CA}_{\text{b}}}_{1} \right) = 2500$$

será cobrada outorga sobre 2500 m² caso sejam construídos 5000 m² máximos

c) taxa de ocupação : 70%

projeção máxima = 2500 · 0,7 = 1750 m²

observação : dos 750 m² (= 30% do terreno), 625 (= 25% do terreno) devem ser permeáveis.

d) conforme explicado no item anterior:

área do terreno = 2500 m^2

área edificada = 1750 m^2 (= 70%)

(projecção do edifício)

área não edificada = 750 m^2 (= 30%) ✓

área permeável mínima = 625 (= 25%)